



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MATEUS BONFIM OLIVEIRA DOS SANTOS

**ALTERNATIVAS PARA A REGIÃO SISALEIRA:
O CASO APAEB - VALENTE**

SALVADOR

1999

MATEUS BONFIM OLIVEIRA DOS SANTOS

**ALTERNATIVAS PARA A REGIÃO SISALEIRA:
O CASO APAEB - VALENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
no curso de graduação de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da
Bahia como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Jackson Ornelas
Mendonça

SALVADOR

1999

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus, pela força e pela sabedoria que me deu para que eu pudesse realizar este trabalho, a meus pais pelo incentivo, a Damião, a meu primo-irmão Glauco, a meu tio Joca, a Débora, aos meus avós, tios e primos.

Ao meu orientador pela cobrança e atenção, a Ranúsio, Gerlândio e Izenildo da APAEB.

Aos amigos Edmilson, Jackson, Ítalo, Osvaldo, Marcos Glídsom , Jurimar, Arivaldo, Arinaldo, pelo apoio na vida acadêmica que muito enriqueceu esta obra.

O que segue a justiça e a beneficência achará a vida, a justiça e a honra

Prov. 21:21

Dedico esta obra:

A minha mãe Nilzete Araújo Oliveira
pela compreensão e incentivo.

Ao meu avô e grande homem de memória póstuma
Damião Ferreira dos Santos

RESUMO

Este trabalho monográfico versa sobre os aspectos gerais da região sisaleira, reportando as principais dificuldades vividas no meio onde se desenvolve a cultura sisaleira; e uma experiência que vem despertando interesse de entidades nacionais e internacionais, pela sua atuação, tanto no campo econômico como social, proporcionando benfeitorias aos camponeses do semi-árido baiano.

A primeira etapa desta monografia relata as características de região e faz um breve histórico do sisal na região. Foram destacados os seguintes aspectos, solo, clima, principais cidades produtoras, bem como a quantidade produzida por cada uma e a importância do sisal para estas cidades.

A história da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) é tema da 2ª etapa. O embrião histórico da Associação, quando da época de atuação dos movimentos eclesiais de base. Anos mais tarde antes da Associação formada, o apoio aos trabalhadores prestado pelo MOC (Movimento de Organização Comunitária). Depois da APAEB criada, as principais lutas que os trabalhadores enfrentaram até a municipalização.

Os trabalhos da APAEB – Valente em seus diversos campos é o destaque na terceira etapa do trabalho. A maneira que é desenvolvido o trabalho na APAEB, da maneira que o camponês possa obter uma vida digna no semi-árido é focado nesta etapa, destacando principalmente a fábrica de tapete e carpetes Valente; e o seu produto de fibra 100% natural conhecido na Europa e América do Norte.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O SISAL E A REGIÃO SISALEIRA	11
2.1	CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO SISALEIRA.....	11
2.2	HISTÓRICO DO SISAL.....	14
2.2.1	Sisal. Aspectos gerais - Apogeu e declínio.....	14
2.3	CARACTERÍSTICAS DA FIBRA.....	16
2.4	SOLO E CLIMA.....	16
2.5	PROCESSO DE PRODUÇÃO : DO PLANTIO A BATEDEIRA.....	17
2.6	O BENEFICIAMENTO NAS BATEDEIRAS.....	20
3	APAEB.....	24
3.1	HISTÓRICO.....	24
3.2	MUNICIPALIZAÇÃO.....	31
4	APAEB – VALENTE.....	32
4.1	CARACTERÍSTICAS DA CIDADE.....	32
4.2	CRIAÇÃO DA APAEB - VALENTE.....	33
4.3	ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO.....	33
4.3.1	Departamento Agropecuário.....	35
4.3.1.1	Crédito e assistência técnica.....	35
4.3.1.2	Energia solar.....	37
4.3.1.3	Reflorestamento.....	37
4.3.1.4	Curtume.....	37
4.3.1.5	Hidroponia.....	37
4.3.1.6	Caprinocultura e ovinocultura.....	38
4.3.1.7	Construção de silos.....	38
4.3.2	Departamento Comercial.....	39
4.3.2.1	Posto de vendas.....	39
4.3.2.2	Batedeira Comunitária.....	39
4.3.3.	Departamento Educativo.....	40
4.3.3.1	Escola Fazenda Agrícola.....	41
4.3.4	Departamento Industrial.....	42
5	FÁBRICA DE CARPETES E TAPETES- VALENTE.....	43
5.1	A FÁBRICA.....	43
5.2	PROCESSO DE PRODUÇÃO.....	44
5.3	COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO.....	47
5.4	CARACTERIZAÇÃO DO ODUTO.....	48
5.5	IMPORTÂNCIA ECONÔMICA.....	48

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	BIBLIOGRAFIA.....	52

1. INTRODUÇÃO.

Este trabalho monográfico é fruto de investigações sobre os problemas do semi-árido, onde a sua população padece por iniciativas que venham fazer com que o homem do campo fique sempre próximo as suas raízes, e estes problemas foram vivenciados de bem perto.

O enfoque dado pelo trabalho está na problemática do sisal na região, que se rasteja desde a década de 80; e a APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia) é uma alternativa bastante aceita e rentável para a região.

Mostrar a viabilidade da região, desde que hajam iniciativas que venham procurar reverter o quadro atual que é de total descaso para os problemas sofridos; a APAEB-Valente é um exemplo disto, mostrando que através de um trabalho econômico-social é possível dignificar a vida de milhares de trabalhadores que sofrem com as constantes estiagens que assolam a região, e a conseqüente impossibilidade da produção de culturas temporárias, deixando-os em situações não desejáveis e a mercê dos políticos e atravessadores.

No Capítulo 2 é tratada a questão do sisal, sua chegada a região, as fases que o sisal viveu, ao longo deste século, e a sua importância para a economia das cidades do semi-árido.

A história da APAEB é o tema do Capítulo 3. Os primórdios da formação da associação nas discussões em reuniões onde se tratava de religião e depois dos problemas sofridos. A atuação do MOC (Movimento de Organização Comunitária), dando apoio aos camponeses. A formação da Associação em 1980, os principais problemas sofridos, até que se desse a autonomia municipal podendo em cada cidade o trabalho seguir sem empecilhos maiores que ocorriam a época quando a Associação era centralizada e tinha sua sede em Serrinha.

A APAEB-Valente é o destaque central do Capítulo 4. Com seus 1400 associados a Associação Valentense tem seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente pelas suas atividades desenvolvidas na região, com destaque nos 15 municípios onde atua. Sua divisão em departamentos possibilitou o seu crescimento. Os departamentos comercial,

educativo, agropecuário são destacados neste capítulo, sendo que o enfoque dado ao industrial será no quinto capítulo.

O Capítulo 5 discorre sobre a Fábrica de Tapetes e Carpetes Valente, o grande empreendimento econômico da APAEB-Valente. Os produtos desta indústria são de alta qualidade, e de larga aceitação internacional, gerando divisas que influenciam sobremaneira na economia da cidade .

2. SISAL

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA

No Brasil desenvolveu-se em larga escala a produção do sisal, uma fibra que é cultivada em regiões de altas temperaturas e poucas precipitações pluviais além de não exigir solo com muitos nutrientes.

A Agave sisalana em terras nordestinas achou campo para sua expansão no estado da Bahia e na Paraíba. Aproximando-se da metade do século, por volta da década de 40, o sisal começou a ser utilizado como agente econômico e a Bahia se destacou, atualmente produzindo cerca de 85% da produção nacional, com a outra parcela de produção cabendo a Paraíba.

Em terras baianas o desenvolvimento da fibra natural se dá em muitas regiões do Estado a saber: Recôncavo Sul, Paraguassu, Nordeste, Sudoeste, Irecê, Piemonte da Diamantina, Chapada Diamantina e Serra Geral; sendo que as duas principais e que detém a maior parcela da produção são Nordeste e Piemonte da Diamantina.

Estas duas regiões se assemelham nos tópicos relativos a clima, vegetação, solo, relevo, que serão detalhados a seguir neste capítulo. A população de ambas é de 1.779.562, divididas da seguinte maneira: Região Nordeste 1.118.642 e Região Piemonte da Diamantina 660.920 habitantes; a área da Região Nordeste cobre 56.250,20 km² e 33.794,70 possui a Região Piemonte da Diamantina

Como já foi dito, o sisal se desenvolve em regiões de tempo seco, o fator climático nessas duas regiões se assemelha pois ambas têm clima semi-árido, seco e subúmido, território altamente propício para desenvolvimento da fibra natural.

A vegetação que ocupa a dimensão da região Piemonte e Nordeste se assemelham, pois a maior parte do solo de ambas é coberto por caatinga arbórea, com e sem palmeiras.

Cabe colocar o solo das regiões distintamente . Planossolo Solódico Eutrófico, Areias Quartzosas, Bruno não-Cálcico , Latossolo vermelho-amarelo álico, Podzólico vermelho amarelo eutrófico é a composição do solo da região Nordeste. Na Piemonte da Diamantina a composição é a seguinte latossolo vermelho-amarelo, Planossolo Solódico Eutrófico, Cambissolo Eutrófico.

Tabuleiro interiorano, Baixadas do rio Jacaré e Salitre, Pediplano Sertanejo e Serra da Jacobina é a formação do relevo da região Piemonte, enquanto que na região Nordeste a formação é a seguinte: Pediplano Sertanejo, Tabuleiro do Itapicurú, Tabuleiro Dissecado do Vaza-Barris, Chapada do Raso da Catarina.

A Bacia Hidrográfica da região Nordeste só difere da região Piemonte pela inclusão do rio Vaza-Barris, pois ambos são banhados pelo rio Itapicurú, São Francisco e Jacuípe.

A Bacia Itapicurú é a mais importante dispondo do açude Jacuricí com a capacidade de 146.819 (1000m³).

A temperatura das regiões produtoras fica entre 20° e 25° de média anual, além de uma precipitação pluviométrica que varia entre 700°C e 1000°C, o que dificulta o desenvolvimento de outras culturas.

O plantio do sisal se desenvolve em 91 municípios porém em apenas 8 municípios encontra-se a produção de 62,67% do sisal baiano.

Os principais produtores baianos são Ourolândia, Santa Luz, Jacobina, Conceição do Coité, Campo Formoso, Valente, Mirangaba e Queimadas.

Os principais dados estão inseridos no quadro seguinte:

QUADRO 1

ASPECTOS ECONÔMICOS DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SISAL

MUNICÍPIOS	TONELADAS	VALOR SISAL EM 1.000 R\$	HA SISAL	HA TOTAL
OUROLÂNDIA	10.960	2.192	13.700	21.140
SANTA LUZ	8.000	1.731	10.000	18.823
JACOBINA	7.640	1.528	9.550	16.333
C. DO COITÉ	7.200	1.656	9.000	27.197
C. FORMOSO	7.174	2.008	8.955	30.734
VALENTE	6.400	1.472	8.000	10.022
MIRANGABA	5.680	1.136	7.100	8.215
QUEIMADAS	4.800	1.105,6	6.000	7.999

Fonte: Produção Agrícola Municipal

O que observa-se é que boa parte da área plantada nas principais municípios produtores de sisal e a ocupação da cultura sisaleira de grande parte da área cultivada, sendo fonte de renda importante nas cidades do semi-árido baiano.

O sisal passa a ser mais importante na região, pois esta é caracterizada por longos períodos de estiagem, as famigeradas secas, verificados com uma certa frequência dificultando o surgimento de outras culturas.

As secas são conhecidas no Brasil desde meados do século XVI. A primeira registrada foi a ocorrida na Bahia em 1599 segundo relata a História da Companhia de Jesus no Brasil. No século XVII, no período de maior intensidade foi de 1620 a 1627, ainda que tenha havido secas ao longo de todo o século. Algo semelhante ocorreu no século XIX tendo sido mais drásticas as estiagem de 1845 – 46 e 1877 – 79. No século atual os períodos secos mais difíceis foram os de 1931 – 32, 1951 – 53, 1958 e 1970 com graves efeitos sócio-econômicos. Em 1979 dá-se início a mais um período de estiagem que durou cinco anos ininterruptos estenderam-se por quase todo Nordeste.

Todo Nordeste do Brasil sofre com a incidência de secas, sendo que estas são de dois tipos: o estio estacional, que corresponde a estação não chuvosa, de sete a nove meses de duração,

e as secas periódicas que se verificam climaticamente. O período de seca estacional faz parte de regime climático do Nordeste e se inicia no começo do segundo semestre de cada ano. As secas periódicas são períodos atípicos, caracterizados pela falta ou má distribuição das chuvas na estação chuvosa. Quando as secas periódicas ocorrem, a água torna-se limitante para a maioria das culturas agrícolas e para a formação de pastagens destinadas aos rebanhos e até mesmo para o consumo humano.

Nos períodos de seca é grande sofrimento da população, principalmente da que habita no meio rural. Em 1932, por exemplo, a seca matou cerca de 22.616 pessoas (segundo a revista “Grandes Regiões” –IBGE 1962). Até 1976, cerca de 2.000.000 de pessoas morreram em consequência das secas. Este é o motivo de muitos nordestinos abandonarem suas terras indo para os grandes centros urbanos em busca de sobrevivência.

Como a seca é um problema grave, freqüentemente tenta-se plantar o sisal e obter outras fontes alternativas no intuito de enfrentar os períodos de estiagem.

A plantação de sisal se dá em pequenas extensões de terra em média 12 hectares, caracterizando que o grosso da produção é de pequenos agricultores e estes precisam de outras alternativas para subsistir. Por isso existe na região em bons tempos a plantação de feijão, mandioca e milho; além da criação conjunta com gado, caprino e bovino, possibilitando aos agricultores ganhos extras.

2.2 HISTÓRICO DO SISAL

2.2.1 Sisal. Aspectos Gerais - Apogeu e Declínio

O sisal, produto que se desenvolveu no nordeste brasileiro, chegou ao país no fim do século passado, trazido pelo empresário Horácio Uripia Júnior que introduziu o sisal na Bahia. Em 1911 o sisal foi levado para Paraíba.

Originário do México, da região de Yucatan, o agave (sisal) tem seu nome originado de uma erva nativa conhecida como *Zizal-xui*, nome dado também ao povoado de onde sai a fibra para o mercado externo.

Até que se visualizasse o viabilidade econômica do sisal, o “ouro verde” foi utilizado como cerca viva na delimitação de extensões de terras, associado ao gravatá, outra planta encontrada em regiões áridas, clima favorável ao desenvolvimento do sisal.

Em fins da década de 30, o sisal tem sua produção aumentada, e em 1940 é criado em Nova Soure (BA) um núcleo pela Secretaria de Agricultura, para o desenvolvimento do sisal na Bahia houve ainda uma estação experimental criada pelo Ministério da Agricultura em Valente, porém sem sucesso.

A partir daí o sisal viveu várias fases distintas. A década de 40 foi bastante favorável a “agave sisalana” pois nesta, exatamente no ano de 1946, o Brasil passava da condição de importador para exportador. Nesse ínterim aparece a Bahia, pelos incentivos governamentais, se tornando o maior produtor do Brasil. A segunda guerra favoreceu também a produção de sisal, devido a dificuldade de aquisição das fibras similares com isto houve um aumento considerado dos sisalais e conseqüentemente, da produção da fibra do sisal.

Na década seguinte, há uma crise na cultura sisaleira, principalmente a partir de 1952 (BAHIA 1991), quando os Estados Unidos liberam seus estoques, forçando uma queda nos preços; isto justamente no ano que o Brasil passa a ser o maior produtor mundial.

Houve uma certa estabilidade nos preços e na produção na década de 60; havendo uma tendência ascendente no final desta década.

A crise do petróleo na década de 70, fez com que os preços do sisal chegassem a seu valor mais alto, alcançando U\$ 1.000/ton (BAHIA 1991). Com a alta nos preços, o sisal com o seu desenvolvimento, alavancou o crescimento da região pois a partir daí a pecuária extensiva passou a ser atividade econômica na região. Nesta década os sisalais chegaram a 250.000 hec. (BAHIA 1991) .

Após a década de 70, a cultura sisaleira vem sofrendo muitas crises, crises estas ocasionadas pelo baixo preço e alta utilização das fibras sintéticas, associadas ainda, a baixa produtividade pela falta de técnicos na produção, isso sem falar na seca que sempre castiga o semi-árido. Na década de 80 o sisal teve sua cotação mais baixa da história, U\$

250/ton (BAHIA 1991). Na década de 90, apesar da grande seca que se abateu na região a partir de 1991, o preço da ton. do sisal se encontra estabilizado sendo atualmente cotado a U\$430/ton (PROMOEXPORT – BA -1998).

2.3 CARACTERÍSTICAS DA FIBRA

O sisal tem mercado mundial concorrendo com as fibras sintéticas, pois a fibra da agave sisalana tem características vantajosas, principalmente por ser uma fibra natural e atualmente a fibra dura mais plantada do mundo.

O agave é uma planta da família das amaralidáceas, planta caulescente estolinífera, seus caules atingem até 2 metros de altura, suas folhas tem entre 8 e 10 centímetros de largura e 150 a 250 centímetros de comprimento, possuindo espinho terminal pardo escuro, flores amarelo-verdes, com 60 a 65 cm de comprimento.

As principais características que credenciam a fibra são:

- ⇒ fibra longa
- ⇒ alta resistência e tração
- ⇒ coercibilidade
- ⇒ durabilidade
- ⇒ torsionabilidade

2.4 SOLO / CLIMA

O sisal resiste as condições da região sisaleira, onde não se desenvolvem outras culturas permanentes, pelo clima árido assolador do interior do estado onde é produzido.

A agave sisalana se desenvolveu no semi-árido, graças as baixas taxas pluviométricas dessa faixa do estado, que oscilam 700 a 1.000mm, e uma temperatura relativamente alta variando entre 20° e 25°.

A faixa de solo onde se desenvolve o sisal é do tipo sílico-argiloso, profundo subsolo, permeável e de composição química propícia para plantação do sisal. Desses componentes químicos, o mais exigido pelo agave é o potássio, encontrado em abundância no solo nordestino. A falta ou escassez de potássio causa a doença chamada “colarinho preto” que é a necrose das folhas.

Com todos esses fatores, o sisal se desenvolveu no sertão baiano, gerando cerca de 800.000 empregos, dando sustentação a economia da região.

2.5 PROCESSO DE PRODUÇÃO: DO PLANTIO À BATEDEIRA

Desde a sua chegada no semi árido a produção do “ouro verde” é acompanhada de técnicas rudimentares que refletem também como uma das sérias deficiências que acompanham a cultura sisaleira.

A primeira etapa para a obtenção da fibra é o plantio.

O sisal tem sua produção prejudicada desde a 1ª etapa, pois o solo não recebe tratamento algum; já o terreno é atendido com alguns cuidados essenciais, na seguinte ordem, como:

- ♦ roçagem → processo de eliminação da chamada moita fina, utilizando-se a foice - (moita fina: ervas de consistência, ou caule menor).
- ♦ derruba → fase onde são extirpadas as árvores de grandes consistências, quando são derrubadas grandes madeiras utilizando-se machado.
- ♦ destoca → utilizando-se a enxadeta, a destoca, ou seja, limpeza do terreno é feita eliminando-se pequenas raízes, pois quando não acontece este processo, o sisal fica prejudicado pelo desaparecimento da água, podendo também ficar desprovido dos raios solares. Depois da destoca formam-se as coivaras, para se realizar a queima; as cinzas resultantes desta ajuda no desenvolvimento primário do sisal.

Obedecida esta seqüência, inicia-se o plantio propriamente dito. Os melhores meses para o plantio são os meses que sucedem a trovoadas que acontecem na região a partir de novembro. Conseqüentemente os meses propícios para o plantio são entre dezembro e a

fevereiro, pois a terra está bem umedecida. Feito o plantio, não se utiliza defensivos agrícolas que ajudariam na maturação que é de 3 a 4 anos. No 1º ano recomenda-se duas a três limpezas, pois o sisal é muito sensível as ervas daninhas. No 2º ano, uma ou duas.

Vencida a fase da maturação, onde o sisal se desenvolve, começa a colheita.

Seguindo a colheita temos as seguintes etapas:

- * corte
- * transporte
- * sevamento
- * residuamento
- * estendimento
- * enfardamento

Quando da colheita deve-se observar um mínimo de folhas a serem deixadas no pé, na efetuação do corte, para que o crescimento de novas folhas não seja prejudicado. O número deve estar entre 20 e 24 folhas, o que quase sempre é desobedecido prejudicando a produtividade e a qualidade das novas folhas, quando estas vêm a crescer. Na África onde esta técnica é obedecida a produtividade da folha chega a ser até 4 vezes superior a do semi-árido baiano.

Ainda temos um agravante na colheita, pois os sisalais estão com idade avançada com cerca de idade avançada com cerca de 90% (BAHIA 1991) destes, beirando os 20 anos de vida, prejudicando a produtividade, pois a idade média do sisal é de 8 anos.

Em pesquisa de campo recente a APAEB verificou que de 50 produtores apenas 3 haviam feito novos plantios.

A primeira fase do transporte se dá quando a fibra está cortada sendo esta levada para passar pelo sevamento.

O sevamento é a fase onde a folha do sisal é desfibrada, tendo a partir daí condições de ser industrializada. Para sevar a folha de sisal são utilizadas as “paraibanas”, máquinas obsoletas com vida longa na cultura sisaleira.

Esta máquina é a vilã de muitos mutilados na região sisaleira. Apesar de existir um dispositivo para amenizar a mutilação, eles são pouco utilizados pois diminuem a produtividade. Na região sisaleira existem cerca de 2.000 mutilados (HUZAK, Yolanda & AZEVEDO, jo. Crianças de Fibra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p, 132-141.)

No secamento aproveita-se apenas 5% da folha. Finda a parte do desfibramento, ficam os resíduos que já são utilizados como ração através da silagem.

Na silagem coloca-se o resíduo em plásticos de boa resistência e enterra-se, podendo ser dado como alimentação ao gado a partir dos 45 dias, podendo ainda permanecer enterrado por mais tempo.

Ainda existe um subproduto encontrado na fase do sevamento conhecido como “caldo”, sendo utilizado em projetos para que tenha utilização medicinal. No México, onde o sisal tem outras características, principalmente no caule, que é maior do que o sisal brasileiro, e também de qualidade diferente do “caldo” encontrado no sevamento há a produção, em larga escala, da Tequila, tipo de bebida característica daquela região da América.

Há uma nova fase de transporte, quando a fibra é levada para ser estendida num local geralmente próximo onde fica instalado o motor (a paraibana), ficando ali até secar completamente, geralmente ao sol.

Quando as fibras estão secas, prontamente são enfardadas separando-se as partes deterioradas, iniciando-se uma espécie de seleção. Esta é a última fase antes da ida para as “batedeiras” onde a fibra é industrializada.

2.6 O BENEFICIAMENTO NAS “BATEDEIRAS”.

Após a 1ª fase de beneficiamento a agave sisalana chega as indústrias, onde passa por um processo de purificação chamado batimento. Essas industriais são conhecidas na região como “batedeiras”

A máquina de beneficiamento (batedeira) conta com três fatores principais:

- ① Uma esteira de alimentação contínua, constituída de corrente e correia
- ② Duas cadeiras centrais, com articulações de bronze que conduzem as folhas para desfibragem
- ③ Dois volantes raspadores que, por raspagem, batedura e vibração, retiram a polpa.

Contando em média com oito operários para seu bom funcionamento, a “batedeira” sujeita a fibra a três fases no processo de classificação e diferenciação. As fases são as seguintes:

- ◆ Batimento→ onde a fibra é “batida”. O sisal é colocado na máquina, sendo a fibra levada a choque para purificação. Neste processo são eliminados da fibra a bucha e o pó. Sobre sua natureza e processo trataremos em tempo oportuno.

Nesta etapa atuam dois operários com média salarial de R\$130,00.

- ◆ Classificação→ nesta etapa há a separação da fibra Tipo 2; produto a ser obtido para a exportação e o refugo, este subproduto terá sua natureza e utilização tratados em tempo oportuno. São necessários dois trabalhadores para o feitiço da classificação, estes ganhando em média R\$70,00.

- ◆ Prensagem→ os preneiros são os trabalhadores que confeccionam os fardos. A confecção dos fardos é a arrumação das fibras de modo que elas estejam alinhadas para o armazenamento. Um fardo de fibra Tipo 2, aquela que geralmente é exportada, pesa em média 250Kg. O preneiro tem a mesma remuneração de um batedor, ambos percebem R\$130,00

- ◆ Armazenamento→ um diarista é necessário para fazer a arrumação o contabilização dos fardos nas parte interna das “batedeiras” para que estes sejam organizados quando for haver o embarque.

A fibra Tipo 2 é a fibra beneficiada para exportação, porém existe a fibra Tipo 1, só especificada pela APAEB, que é uma fibra de melhor qualidade, utilizada na confecção de vários tipos de carpetes e tapetes, exportadas pela própria APAEB.

Em relação aos subprodutos da fibra, todos eles tem sua utilização específica. Os subprodutos do batimento já foram especificados, porém se faz necessário repeti-los: pó, refugo e bucha.

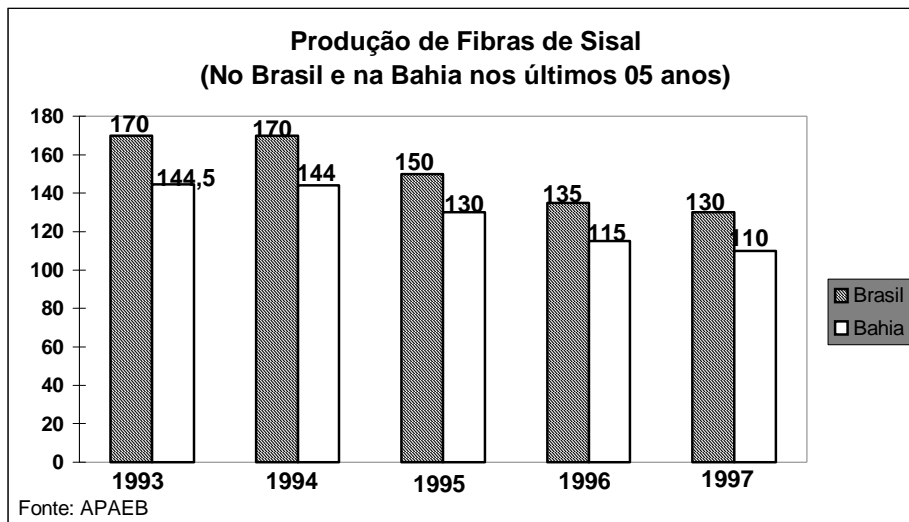
- ◆ Pó→ também conhecido como pó da limpeza, este pó é retirado no “batimento” e é utilizado em épocas de estiagem na região como ração animal.

- ◆ Refugo→ este produto, constituído de pedaços de fibra, é encontrado na fase de classificação e tem importância econômica para os donos das bateadeiras, pois são utilizados na confecção de bancos de carros, alimentando o mercado de São Paulo; é utilizado também como manta para sofá. A tonelada do refugo é comercializada a R\$280,00. Existe em Valente, cidade sede da APAEB, uma máquina que beneficia o refugo, confeccionando pequenas sacolas.

- ◆ Bucha→ são os pedaços da fibra, entrelaçados, de qualidade inferior; utilizado na confecção de gesso, estopas, fabricação de papel. A bucha é comercializada para o sul para os estados de São Paulo e Santa Catarina. O preço da tonelada é U\$120,00.

Passada a fase de “batimento” realizado nas bateadeiras, a fibra sisaleira está pronta para ser exportada. Em alguns casos ela ainda é beneficiada tornando-se cordas e cordéis, produzidos na região sisaleira por SISALGOMES e na região metropolitana, principalmente pela SISALANA. Para que seja exportada a fibra Tipo 2 é conduzida do semi-árido para o Porto de Salvador pela BR-324, percorrendo a distância média de 250 Km. O transportador do sisal recebe R\$14,00 por tonelada transportada; o que dá por viagem cerca de R\$200,00.

GRÁFICO 1

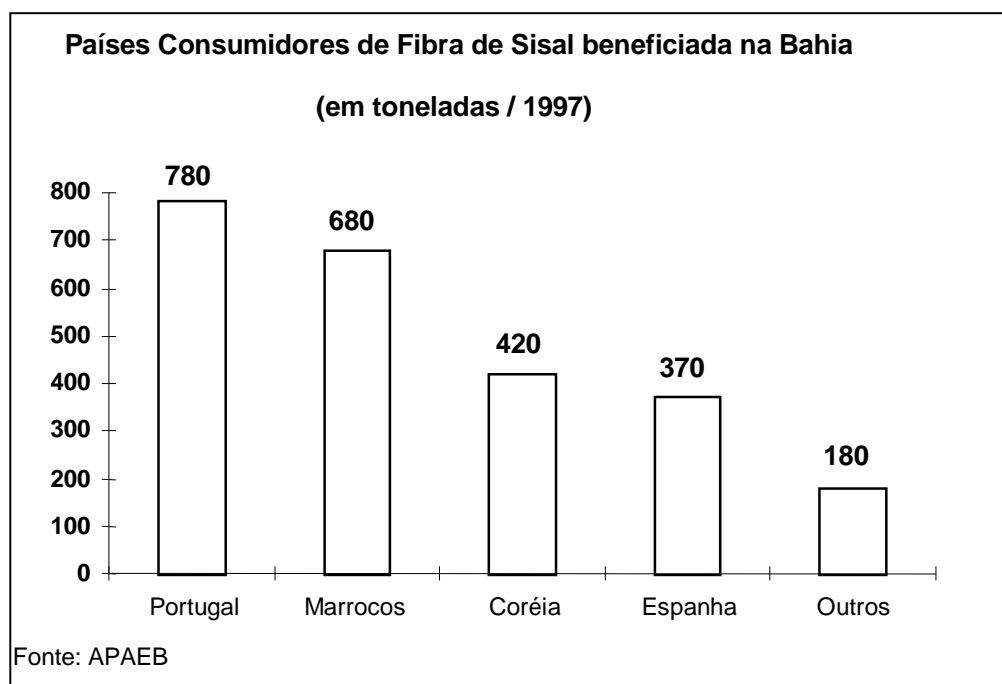


A produção de sisal verificou uma queda, neste ano, em relação ao ano anterior de 30% (PROMOEXPORT – BA,1998), o que contabiliza perdas para a região, ficando a produção deste ano em 10.106 ton (PROMOEXPORT – BA,1998).

A fibra produzida no Brasil é destinada, na sua maioria, para o mercado externo. No mercado externo, o sisal é utilizado na forma da fibra Tipo 2 - fios agrícolas de diversas espessuras. A fibra neste estágio é conhecida como “binder twine” utilizada para amarrar ração animal (feno). A fibra natural - agave sisalana - é a fibra dura de maior produção mundial, correspondendo a mais da metade da produção absoluta. O feno é utilizado mundialmente pois tem vantagens em relação as fibras sintéticas, pois além de serem naturais, obedecendo a tendência mundial, sua utilização como ração animal é facilitada pois podem ser consumidas pelo animais, o que não acontece com as fibras sintéticas.

Os principais países consumidores da produção dos agaveicultores são: Portugal, Marrocos e Coréia.

GRÁFICO 2



3. APAEB

3.1 HISTÓRICO

Com suas vidas confinadas á uma região onde as chuvas insistem em não vir numa boa frequência, e as autoridades passam a largo quanto as deficiências sofridas, os pequenos agricultores da região sisaleira, ficam em sua maior parte sem o mínimo de auxílio quanto as alternativas para melhorar sua produção ou criação de animais, vindo a ter condições de melhorar sua qualidade de vida e também de seus familiares. Alguns agricultores contam com o auxílio de trabalhadores que vislumbram melhores dias para a região e conseqüentemente para os pequenos agricultores; através de uma associação que desenvolve programas que vão desde projetos educativos até projetos econômicos. No semi-árido baiano uma associação de sucesso reconhecido nacional e internacionalmente é a APAEB - Valente .

Sentindo a necessidade de tomar providências em relação as deficiências sofridas pela região sisaleira ,embriões de movimentos de camponeses começam a surgir e estes com a capacidade de obter relativo sucesso pois na região 75 % da população habita na zona rural e conforme pesquisa (IPEA 1993) 65 % da população dos municípios é indigente. A luta dos camponeses a princípio era aumentar seu nível de renda, nível este que além de muito baixo, ainda era corroído por atravessadores que levavam uma parcela considerável dos rendimentos dos camponeses, sendo que estes, não tinham instrumentos de defesa, pois a cadeia da opressão a tais agentes, ia desde o plantio (fornecimento de sementes) até o armazenamento.

Até ser criada a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), em 1980, o movimento dos camponeses do semi-árido baiano percorreu muitos caminhos onde o que tinha de sobra mesmo eram as dificuldades , coisa com que o sisaleiro sempre conviveu, dificuldades, estas que remontam à época da sua ocupação, quando da difusão da pecuária extensiva - Terras de Garcia D'ávila -, até hoje com o reconhecimento vindo só a partir da década de 50, época que se estimulou a produção da fibra da agave.

As comunidades que hoje formam a APAEB começaram a se organizar na década de 60 quando imperou o regime ditatorial, a partir do movimento da catequese católica, que era um movimento visto como um mecanismo de agitação, porém conseguiu de certo modo, articular os camponeses da região até então sem qualquer articulação ou poder de mobilização. Os trabalhos se davam em conjunto com a catequese e a conseqüente explanação de trechos do evangelho, onde tentou-se passar ao camponês uma real situação e seu possível campo de atuação para uma tomada de posição e comportamento com as tarefas a serem desenvolvidas a procura de maximização do bem estar na comunidade. Este trabalho ficou conhecido como Catolicismo Tradicional Rural; fruto das Comunidades Eclesiásticas de Base.

Partindo do trabalho de conscientização de um catolicismo mais arrojado, definido por Boff como maneira nova de ser da Igreja, aliando fé a ação, os camponeses começaram a pensar coletivamente no sentido de ter atuação concreta e passaram a formar Associações Comunitárias, que se proliferaram nos municípios onde a APAEB se formaria, a saber : Feira de Santana, Ichu, Valente. Apesar da perseguição sofrida pela ditadura, o movimento com base na participação da Igreja culminou com a formação do MOC - Movimento de Organização Comunitária - fundado em 1967 no seio da Igreja Católica, vindo logo depois a romper com a Igreja. O MOC empenharia sua atuação através das paróquias assessorando o Clero no desenvolvimento de ações pastorais, contando com apoio técnico e financeiro da FASE e da Diocese de Feira de Santana. Já atuando como órgão comunitário o MOC procurou desenvolver ações que favorecessem a promoção social das comunidades; e não se limitando a ações assistencialistas e paternalistas, o que causou a desvinculação da entidade da Diocese de Feira de Santana, a partir daí obtendo a sua autonomia.

Consolidada a sua autonomia, o MOC passou a atuar no campo econômico. O MOC promoveu a princípio armazenamento coletivo da produção de alguns agricultores, visando evitar a oscilação de preços; também forneceu empréstimo através do " Fundo Rotativo " para evitar a ação dos intermediários; sem esquecer das " Bodegas Comunitárias " onde os agricultores podiam obter seus produtos a preços mais acessíveis. Além destas atuações o MOC enviava seus técnicos para prestar assistência técnica direta aos camponeses diretamente nas comunidades tanto na agricultura como na saúde ; promovendo ainda

movimento de integração dos camponeses tipo: Encontros, Seminários, Dias de Estudo, visando fortalecer a amizade e o espírito coletivo entre os camponeses, que em tais eventos, trocavam experiência através do compartilhamento das dificuldades sofridas por todos os camponeses da região.

Convivendo e trocando experiências foi que os camponeses começaram a discutir um problema com maior intensidade : o problema do Fisco Estadual. Com a fiscalização intensa em relação a obrigatoriedade da Nota Fiscal, os produtores se viam obrigados a burlar a lei, porém quando flagrados eram multados em valores que chegavam a 150% do valor do ICMS. Outra questão colocada era o tema ligado aos produtos comercializados serem voltados para a subsistência, e a sua venda sendo exclusiva para a obtenção de produtos básicos; por isto alguns não aceitavam. O problema passou a ter um enfoque muito forte nas reuniões do MOC, que ficou conhecido como "Movimento do ICMS "; movimento este que reivindicava a isenção do ICMS para os produtos dos pequenos produtores, somente quando estes eram , comercializados por eles próprios . Quando surge a proposta de encaminhar ao Governo do Estado esta reivindicação dos camponeses . Enquanto articulavam a audiência com o governador, eram encaminhadas as propostas para a comunidade, apesar do momento político de instabilidade ,pois a ditadura reinava em terras brasileiras.

O movimento foi concretizado em outubro de 1979, com a mobilização de mais de 400 camponeses, que dirigiram-se a capital do Estado utilizando-se dos mais diversos meios . O Governador após muita insistência dos camponeses foi ter com os manifestantes e fez promessas nunca cumpridas. ; apesar disto o movimento trouxe ganhos consideráveis, os camponeses pois conseguiu maior articulação de trabalhadores de municípios diferentes, que até então, viviam isolados; com a discussão em conjunto dos problemas vividos pelos camponeses da região entre eles, e debatiam sobre a comercialização de seus produtos.

A comercialização dos produtos era um problema de alta gravidade sofrido pelos pequenos agricultores. Diante da absoluta falta de condições de crédito e condições para armazenamento os pequenos agricultores se sujeitavam a atuação feroz dos intermediários que se dava de várias formas. A compra "na folha " era muito conhecida e consiste na obrigação da venda da produção do camponês ao intermediário, que fazia um "

adiantamento " para o custeio, e o intermediário por sua vez impunha o preço para a compra que não era nada salutar para os produtores .

Partindo dessa questão, e com a experiência de algumas comunidades que armazenavam sua produção para posteriormente; com apoio do " Fundo Rotativo " do MOC, alimentou-se a idéia de levar a experiência para um âmbito maior, ou seja, para o âmbito regional.

Surge a idéia de fundação de uma Cooperativa, porém em Serrinha a experiência de uma Cooperativa foi infeliz e os agricultores se queixavam da mesma, reportando-se do alto preço de comercialização dos produtos e do cunho político dado à cooperativa. Então com esta desconfiança dos trabalhadores, o MOC passou a estudar, entre três alternativas: Sociedade Limitada; Cooperativa; e Associação. Havia então um sentimento para a criação de uma Associação.

O nome APAEB surgiu num encontro realizado nos primeiros meses de 1980, no Centro Diocesano de Treinamento de líderes com a participação de vários municípios. Neste mesmo encontro, foi formada uma comissão para elaboração do Estatuto da entidade, e ficou marcada para 02 de JULHO e fundação; fundação esta que ocorreu no município que seria a sede, da APAEB, Serrinha e contou com a presença de camponeses e de várias cidades da região a saber: Feira de Santana, Santa Bárbara, Araci, Ichu, Valente e Anguera além de técnicos do MOC, do pároco de Serrinha e do Bispo Diocesano a Feira de Santana.

Nascia então uma associação com o intuito não apenas como instrumento de defesa econômico, mas também procurando levar organização sócio-política aos pequenos agricultores . No princípio foi angariado o apoio da MISEREOR, - ONG da Alemanha - que ajudou na construção de depósito para armazenar produtos e postos de vendas em Serrinha (sede) e Feira de Santana .

As primeiras reuniões se deram em caráter regional na cidade de Serrinha; pois além de ser sede, era município de melhor localização, dentre os participantes. O que os trabalhadores estavam procurando era implementar equipes que dessem suportes as atividades executadas pela APAEB, o que não deu certo pois os agricultores nunca haviam

executado algo parecido e pelos afazeres pessoais. Numa etapa seguinte a contragosto de alguns agricultores, porém seguindo a orientação do MOC contratou-se um gerente; que capitaneava apenas as ações burocráticas, enquanto que decisões sobre venda de produto só com a reunião dos agricultores o que dificultou alguns bons negócios que não eram feitos, pois não eram feitas reuniões com número satisfatórios de sócios. Apesar das dificuldades a APAEB cresceu rapidamente com a bandeira dos produtos 10% mais baratos que os do mercado, o que criou a idéia que a associação era apenas comercial.

Alguns problemas enfrentados no primeiro biênio da APAEB:

- 1- Concorrência e fraco poder no mercado para concorrer com outros empreendedores. Isto em relação aos postos de vendas, onde a proposta era vender 10% mais barato.
- 2- Compra de produtos nas mãos de intermediários.
- 3- Explosão de itens para as vendas.
- 4- As vendas fiado cresceram corroendo o capital de giro dos Postos .
- 5- Localização dos postos de vendas em locais não comerciais.

Fora estes problemas havia ainda a questão do armazenamento e comercialização de produtos dos associados. Os pequenos produtores sempre eram extorquidos pelos atravessadores que emprestavam sementes para os desassistidos para angariar parte da produção posteriormente; as vezes também havia a venda de adubo orgânico ao produtor, que agora independente da "meia " pagaria uma parte extra de produção ao fornecedor do adubo. Como havia entre o plantio e a colheita, problemas com o pequeno produtor e este se via obrigado a tomar adiantamento ao atravessador , a venda da produção seria feita antecipadamente.

A APAEB assumiu o programa de Fundo Rotativo antes desenvolvido pelo MOC e de relativo sucesso, porém enfrentou problemas, apesar de dois anos de sucesso na Comunidade de Lagoa Grande (Feira de Santana) . Os responsáveis pelo armazenamento deixaram de ter o mínimo de cuidado com os produtos estocados, o que levava a deterioração dos produtos; pois quando as reuniões aconteciam para a deliberação das

vendas as perdas já tinham se concretizado. Outro problema era o custo de armazenamento que elevou o preço dos produtos e conseqüentemente estes não eram vendidos a preços compensadores .

Como não poderia deixar de ser os anos seguintes foram também de dificuldades; intensificada pela falta de consciência associativa dos filiados, pois quando acabou a venda dos produtos mais baratos muitos trabalhadores se desligaram, dando mostras que não sentiram na APAEB, instrumento também de cunho político e social. Além de contar com a oposição de políticos hegemônicos das cidades onde estava instalada, a associação contava também com a oposição dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, mesmo daqueles que estavam dominados pelos próprios trabalhadores em algumas cidades, os municípios que já tinham o Sindicato dominado pelos trabalhadores era Valente e Feira de Santana, que só passavam a apoiar e participar após perceberem os principais objetivos da APAEB . O que a APAEB na verdade queria era a identificação da entidade com cada município, quando surge a idéia de municipalização. Em outros municípios como Serrinha e Ichu a APAEB teve que atuar procurando tomar o Sindicato das mãos de pessoas que não estavam identificadas com os trabalhadores, por isto atuaram de forma decisiva para que os trabalhadores tomassem e passassem a dominar, o Sindicato das cidade já referidas.

Além destes problemas, algumas outras situações complicavam. Os trabalhadores imbuídos nos trabalhos da Associação ficavam sobrecarregados pela impossibilidade de contratação de mais trabalhadores. Outro problema grave que estava sendo enfrentado era a seca (1979 - 1983), que não permitiu a existência de safra e a conseqüente tristeza de trabalhadores nas reuniões e isto ainda sem contar com os constantes boatos de fechamento da APAEB . E neste momento o problema com as atribuições dos empregados que nem sempre estavam cientes do que deviam desempenhar tanto que numa verificação realizada percebeu-se que, apenas o armazém de Valente estava sendo mantido limpo.

Para amenizar os problemas administrativos, decidiu-se que as reuniões mensais seriam realizadas nos postos de venda, cada mês em um município diferente. Porém os problemas de Administração continuavam, como a dificuldade dos dirigentes saberem suas reais atribuições;

isto seguiu mesmo com uma nova direção. O que se observou é que o Posto de Valente era sempre destaque .

Visando aumentar a participação das associações, e aumentar os horizontes a nível local, decidiu-se em 1984 pela realização de eleições nos próprios municípios; ao passo que decidiu-se pela contratação de um contador para organizar a contabilidade de casa que era feita pelos gerentes dos postos.

Apesar de todos os problemas havia um sentimento entre os associados de resistência, e procura de novas atividades que pudessem viabilizar a sobrevivência da APAEB. O caminho da municipalização da APAEB vai amadurecendo a partir da constatação que a associação deveria empenhar-se na questão econômica de cada cidade surgindo então algumas propostas para desenvolvimento de projetos locais a princípio em Serrinha com a proposta de implantação de um moinho de milho, e em Valente a implantação de uma Central de Beneficiamento e comercialização de fibra de sisal.

No segundo semestre de 1984 instalaram Comissões Municipais orientadas para os trabalhadores de base e armazenamento, Postos de Vendas, Moinhos, Casa de Farinha (Santa Bárbara) e Batedeira de sisal. Findando-se o ano a avaliação feita verificou que como de rotina, o empreendimento de resultado positivo foi apenas o Posto de Vendas de Valente, enquanto que os de Serrinha, Santa Bárbara e Feira de Santana apresentavam resultados negativos. Uma outra constatação positiva de 1984, foi a reação dos donos das batedeiras de Valente que começaram a se preocupar com a construção da Batedeira da APAEB.

Com a inauguração da Batedeira em fevereiro de 1985 os produtores da região viram o preço do sisal ser estabilizado, pois a APAEB servia como agente regulador. Outros horizontes surgiram com a aquisição de tratores para a aração e gradeação das Terras de camponeses da região. A APAEB voltava-se também para a questão social que foi marcada em 1985 pela arrecadação de alimentos para os nicaraguenses e também no lado cultural pelo resgate das raízes regionais através de manifestações populares.

Apesar destes avanços citados, no Biênio (1984 - 1985), o grande problema da APAEB era a administração regional que até o momento era um entrave para o crescimento pelo que em 1986 acontece os primeiros passos para a municipalização.

3.2 MUNICIPALIZAÇÃO .

O ano de 1986 foi marcante para a APAEB em vários aspectos.

O Posto Volante (caminhão-baú com 42 itens essenciais) começa a funcionar a princípio em Serrinha e Feira de Santana com grande sucesso . O armazenamento ganhou força e teve resultados satisfatórios beneficiando cerca de 600 famílias, com apoio de instituições internacionais como MISEREOR (Alemanha) - CEBEMO (Holanda), CRS (EUA), através do MOC, a CAR e a LBA. Porém o fato que gerou fortes mudanças foi a regulamentação do desmembramento, e com relativa autonomia para as cidades

Em 2 de julho de 1986, no município de Serrinha uma Assembléia Geral alterou o estatuto da Associação, podendo então a partir daí cada município ter autonomia suficiente para conduzir, seus trabalhos; porém foi considerada a unidade regional através da Coordenação Executiva, composta de membros das Diretorias Municipais eleitas em Assembléias de sócios. Feira de Santana, Serrinha, Ichu, Santa Bárbara, Valente e Anguera faziam parte à época .

O processo de municipalização consolidou-se totalmente no ano de 1990., e a APAEB ficou sendo chamada de Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, APAEB-Valente.

4. APAEB – VALENTE

4.1 CARACTERÍSTICAS DA CIDADE

Distando 238 km da capital (Salvador) a cidade de Valente abriga uma experiência de associativismo de sucesso reconhecido internacionalmente.

Criada em 12 de agosto de 1958, a cidade de Valente se encontra na Microrregião de Serrinha e tem seu nome derivado de uma lenda de região, que conta sobre um boi “valente”, muito arreado aos mandos dos vaqueiros. Conta a lenda que numa perseguição ao boi, este tentando escapar, caiu num fosso de pedras, na região conhecido como “caldeirão”. Caldeirão do Boi Valente foi o primeiro nome da localidade depois do episódio, passando depois a Boi Valente, vindo por fim a se conhecida apenas como Valente.

Valente dispõe de aspectos naturais que desfavorecem a maioria das culturas, visto que seu clima é semi-árido; a temperatura média fica próxima aos 24° de precipitação pluviométrica baixa entre 500 e 600mm. A sua vegetação é a caatinga arbórea, tendo como principal rio o Jacuípe.

Apesar de contar com algumas culturas temporárias, que auxiliam na subsistência como a mamona, mandioca, feijão e milho, o que move a cidade mesmo é a cultura permanente do sisal dominante na região .

Com a produção de 6.400 t., que são provenientes da ocupação de 8.000 hec., Valente ocupa a 6ª posição entre os produtores baianos, com o seu sisal “in natura” gerando rendimentos de R\$ 1.472.000 (Produção Agrícola Municipal SEAGRI Bahia – 1995, 240 pg.), para os seus 17.661 habitantes.

Partindo da tentativa do soerguimento da sua cultura mais presente e importante, a APAEB procurou se colocar de maneira mais efetiva nos rumos do sisal na região.

4.2 CRIAÇÃO DA APAEB – VALENTE

Nos seus primórdios a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, funcionava de maneira centralizada, tendo como sua sede a cidade de Serrinha.

Com o passar dos anos e os seguidos fracassos, obtidos pela gestão centralizada, decidiu-se em 1986 pela mudança do Estatuto com a criação dos Diretores Municipais. Apesar deste avanço os municípios continuavam sendo filiais.

Uma Assembléia Geral realizada em 1990, decidiu por uma reforma na estrutura organizacional, optando pela municipalização; que viria preservar cada um dos municípios onde a APAEB se encontrava, criando uma entidade municipal com autonomia jurídica.

Destacando-se entre as demais desde os tempos em que a Associação era centralizada com os seus balanços anuais positivos, após a municipalização a unidade de Valente teve condições de alçar vãos mais altos e obter reconhecimento internacional, com sua Associação Municipal criada em 1993. Atua nos seguintes municípios: Araci, Cansanção, Campo Formoso, , Ichu, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo, Nordestina, Pintadas, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Santa Luz, Serrinha e Valente.

4.3 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A APAEB foi criada com o intuito de ajudar os milhares de trabalhadores da região sisaleira a conviver com as dificuldades enfrentadas na região.

Com o desmembramento e a conseqüente autonomia os objetivos continuam sendo os mesmos, porém sendo tomados de maneira diferente e mais corajosa, pela capacidade de atuar próximo ao seu público.

Entre os principais objetivos da Associação Valentense estão: a valorização da produção dos agricultores; a organização dos pequenos agricultores; fornecimento dos gêneros de primeira necessidade a preços mais acessíveis; convivência dos pequenos produtores com o semi-árido e sua conseqüente permanência no campo.

Para que todos estes objetivos venham ser alcançados, é necessário a divisão dos trabalhos, para que possam ser operacionalizados de maneira ótima.

Visando atender os interesses dos camponeses a APAEB/Valente está organizada em várias instâncias, que permitem, a participação dos camponeses.

A organização está assim estruturada:

- Conselho Administrativo
- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal
- Departamentos

A cada 30 dias faz-se a avaliação de cada uma das instâncias pela Assembléia Geral, que são assim formalizadas:

- Conselho Administrativo: composto por 24 membros eleitos pela Assembléia Geral para o período de dois anos; reúne-se duas vezes por mês para acompanhar o processo de trabalho.
- Diretoria Executiva: composta por 6 membros, presidente, vice-presidente, tesoureiro e segundo tesoureiro, secretário e segundo secretário; reúne-se semanalmente para encaminhar as diversas atividades da entidade.
- Conselho Fiscal: reúne-se duas vezes por mês; uma para conferência das contas e outra com a assembléia dos sócios para informação e discussão sobre assuntos diversos; é composto por seis membros, sendo três efetivos e três suplentes.
- Departamentos: são quatro: Agropecuário, Comercial, Educativo e Industrial. Cada um conta com três diretores, escolhidos entre os próprios agricultores e mais uma equipe técnica.

É dentro destas linhas que se normatiza os trabalhos da APAEB/Valente sendo importante destacar cada departamento pormenorizadamente.

Atuando nesta disposição e com cada departamento procurando se desempenhar ao máximo é que a APAEB atualmente é a segunda empregadora de Valente, perdendo apenas para a prefeitura que emprega 1023 pessoas ; pois possui 699 funcionários, enquanto toda a iniciativa privada na cidade emprega 622.

4.3.1 Departamento Agropecuário

Através do seu departamento Agropecuário a Associação presta serviços a pequenos agricultores nos 15 municípios onde atua procurando conscientizar o camponês de uma possível vida digna para o trabalhador e sua família, através do auxílio por assistência técnica e também através de crédito facilitado à disposição dos associados.

A APAEB desenvolve atividades no intuito de adequar a posse do pequeno agricultor, para que este venha a estar consciente do real potencial de sua terra, aliado ao crédito e a assistência de sua associação.

4.3.1.1 Crédito e Assistência Técnica

Os associados da APAEB, são beneficiados pelo Fundo Rotativo, que é serviço da COOPERE, uma cooperativa de crédito voltada para os pequenos agricultores podem conseguir crédito sem a tradicional burocracia dos bancos tradicionais. Além disto há recursos do BNB.

Tendo conseguido o crédito, o associado passa a contar com a assistência técnica prestada por técnicos da APAEB. Para que o trabalho obtenha sucesso, os técnicos fazem um redimensionamento da unidade onde serão aplicados os recursos. A divisão se esboça da seguinte forma: reservam-se áreas para a cultura de subsistência; cultivo do sisal, para a criação de caprinos e/ou ovinos, para pastagens, para a plantação de leguminosas, para o plantio de sequeiros e para o armazenamento e uso racional da água, além de haver a educação dos famílias para a feitura de silos, onde armazenarão alimentos para os animais (produção de feno).

O processo de assistência técnica não para com dimensionamento da unidade produtora, continua com a realização de reuniões, seminários ou visitas; visitas estas realizadas por Agentes Comunitários treinados pela associação.

Com a utilização do crédito os ganhos para os associados são notáveis, com melhoria de vida das famílias associadas. Um estudo coordenado pela UEFS constatou o seguinte:

QUADRO 2

<p>Renda e produção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Antes do crédito, 30% dos beneficiados tinham renda familiar mensal de no máximo R\$80,00. Agora a renda aumentou e apenas 5% permanecem naquela mesma faixa, abaixo de um salário mínimo. - Somente 15% alcançavam de R\$130,00 a R\$200,00. Hoje são 35%. 	<p>Compra de bens de consumo</p> <ul style="list-style-type: none"> - 37,5% compraram móveis ou fogão a gás - 15% adquiriram kit de energia solar - 15% adquiriram motos - 12% compraram bicicletas - 27,5% adquiriram rádio ou TV
<ul style="list-style-type: none"> - Com renda superior a R\$200,00 só havia 2,5%. Hoje eles são 42% do total. - Quase a metade (47%) tinha rebanhos de caprinos/ovinos de no máximo 10 cabeças. Agora só 10,7% permanece na mesma situação. Todos os demais aumentaram a criação elevando, o percentual dos que tinham mais de 10 cabeças de 53% para 89,3%. - 35% fizeram silos para armazenar alimentos para os animais. - 10,3% aumentaram as áreas de pastagens. 	<p>Melhorias na propriedade</p> <ul style="list-style-type: none"> - 95% fizeram melhorias nas cercas - 67,5% aumentaram o plantio de sequeiros - 75% estão arborizando suas propriedades - 30% aumentaram o patrimônio imobiliário - 45% aumentaram a capacidade de armazenamento de água nas propriedades - 32% fizeram melhorias nas casas

4.3.1.2 Energia solar

É bastante pertinente no semi-árido a utilização da energia solar, pois a temperatura da região está sempre próxima dos 30 graus.

Com a utilização dos kits de energia solar, as famílias podem beneficiar-se com a possível utilização de aparelhos eletrodomésticos. Vale ressaltar a economia familiar pela utilização do kit, além do benefício que há para o ecossistema; pois com a utilização de candeeiros, utiliza-se um potente poluente o diesel. Isto sem contar a eletrificação das cercas para a criação dos caprinos e ovinos, que diminui a devastação da flora.

Boa parte dos kits vendidos são através da utilização do Fundo Rotativo.

4.3.1.3 Reflorestamento

A APAEB atua também na distribuição de mudas de árvores que são resistente ao clima da região, como parte do programa de recuperação da fauna e da flora na região, entre as mudas distribuídas estão exemplares de: algaroba, caju, umbu, leucena, goiaba. Estes programas vem alcançando um bom aproveitamento, pelo que há uma demanda não atendida pela APAEB.

4.3.1.4 Curtume

Com o mercado caprino em expansão, a APAEB começou a atuar a partir de julho no mercado de peles de ovinos e caprinos. Também na tentativa de eliminar os atravessadores.

Desde que surgiu a notícia da entrada da Associação no mercado, o preço das peles triplicou mostrando o que é o nome da APAEB na região, já servindo de referência para vendedores de toda região.

Atualmente as unidades compradas são vendidas para Alagoinhas, porém devido ao sucesso do empreendimento, já se vislumbra a aquisição de curtume para beneficiamento da pele.

4.3.1.5 Hidroponia

Outro programa exercido pelo Departamento Agropecuário, é o da hidroponia, onde a produção se dá utilizando reservatórios de água e esta é reaproveitável, não há contato com o solo. Na água é utilizado adubo líquido.

O programa está na fase de implantação, porém mostra ser de grande valia, na geração de empregos.

A produção de 6 mil¹ pés de cebolinha, coentro e alface, é a meta da APAEB com a implantação do projeto.

Com o montante adquirido a Associação cobriria os seus custos, e outra parte iria para os trabalhadores.

Atualmente o projeto de hidroponia está indo para a cidade de Retirolândia, sob supervisão da APAEB.

4.3.1.6 Caprinocultura e ovinocultura

A criação de caprinos e ovinos é muito importante para os associados, pois é compatível com pequenas extensões de terra. A APAEB estimula o criatório como fonte alternativa da receita, através do crédito concedido pela COOPERE. A criação de caprinos principalmente é um mercado em alta pela expansão do consumo da carne e também pela alta do preço da pele após a entrada da APAEB neste mercado..

4.3.1.7 Construção de silos

Valendo-se do sisal os pequenos agricultores passaram a ter uma alternativa para a alimentação dos animais no tempo de seca, através do ensilamento. O ensilamento consiste na armazenagem do resíduo do sisal em silos, construídos com a assistência de técnicos da APAEB.

¹Informação obtida na APAEB

4.3.2 Departamento Comercial

Um dos ramos pioneiros de atuação da Associação, no intuito de compra a produção do pequeno agricultor e repassá-lo produtos para suprimento de algumas das suas necessidades básicas.

O Departamento Comercial conta com dois agentes: o Posto de Vendas e a Batedeira Comunitária.

4.3.2.1 Posto de vendas

Presta seus serviços não só aos associados da APAEB, mas também a toda comunidade de Valente e seus distritos.

Sem fins lucrativos o Posto de Vendas coloca a disposição da comunidade gêneros de primeira necessidade a preços acessíveis, fazendo com que haja um ganho no mercado local, agindo o Posto como parâmetro para a fixação dos preços na cidade.

Em relação aos associados, estes podem comprar a prazo, além de poder efetuar seus pagamentos com os frutos de suas posses como: carne, milho, ovos, farinha, etc. Caso o pequeno agricultor leve sua carne ovino/caprino, para a cidade e não consiga comercializar, não há a necessidade de se desfazer do seu produto a um preço muito baixo, pois o Posto dispõe de câmara frigorífica para armazenar o produto.

4.3.2.2 Batedeira comunitária

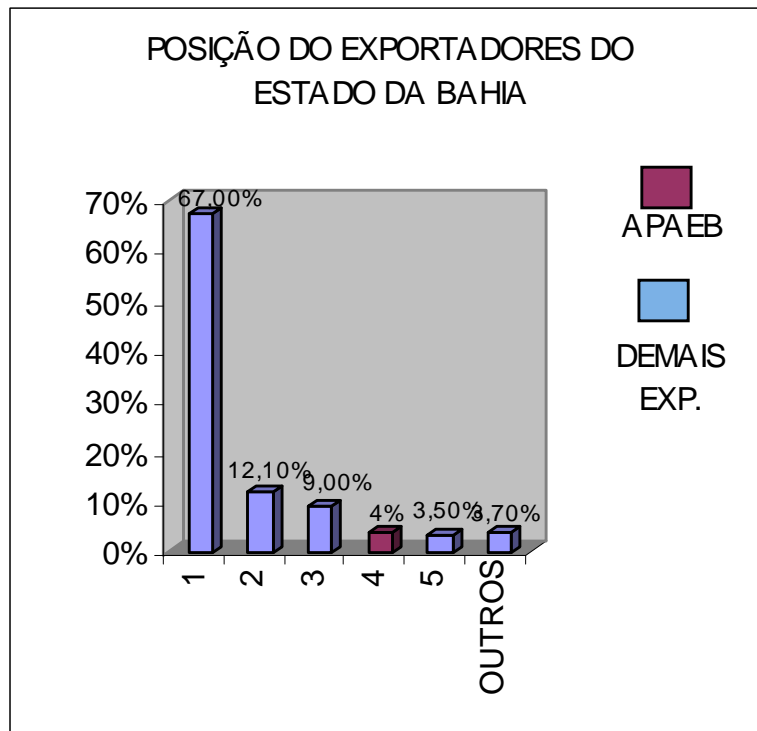
A batedeira é o local para onde é conduzido o sisal, após sua passagem pelo motor, ocorrendo o beneficiamento da fibra.

Procurando sempre um produto de melhor qualidade, para ter maior aceitação no mercado internacional ;e com isto elevar o preço da fibra “in natura” a APAEB sempre vem pagando

batedeiras.

A participação da APAEB no mercado nacional de exportação da fibra é de 4%, ocupando a 4ª colocação, conforme gráfico:

GRÁFICO 3



Fonte: APAEB

O intuito da APAEB é destinar boa parte da produção para a fábrica, pois a fibra deve ser remetida para a Indústria de Tapetes e Carpetes administrada pela Associação.

4.3.3 Departamento Educativo

Visando fortalecer no nordestino sentimento de resistência a APAEB desenvolve vários trabalhos para que estes venham “criar” auto-estima, amor a terra e consciência que utilizando-se de algumas técnicas é possível viver de maneira digna no semi-árido.

Vários trabalhos são desenvolvidos pelo departamento, entre eles o de conscientização e capacitação dos trabalhadores, visando livrar os pequenos agricultores das amarras dos políticos tradicionais, além de capacitá-los para que possam conduzir com sucesso a

Associação através de curso de Cooperativismo, Rádio e Jornalismo, Políticas Públicas entre outros. Capacitando-os também para conduzir bem sua propriedade.

São realizadas também reuniões mensais onde avalia-se os trabalhos da associação, e também são ouvidos os reclames dos associados, bem como suas maiores dificuldades.

O Departamento Educativo procura também aumentar a integração dos camponeses, seja através dos mutirões, quando os camponeses envolvidos num trabalho coletivo, entoam canções de seus antepassados resgatando sua cultura rural; seja através de festas que procuram levar a maior integração, realizadas por funcionários da Associação, e tendo como participantes toda comunidade.

A APAEB também usa a comunicação como meio de prestar contas a comunidade e levar o fruto do seu trabalho a público. Há a experiência de uma FM comunitária, porém, alguns problemas são enfrentados junto a ANATEL; além de um programa semanal na Rádio Sisal, em Conceição do Coité, cidade vizinha. No âmbito da imprensa escrita, a APAEB, presta um brilhante serviço com a edição da Folha do Sisal, periódico de 3.000 exemplares (APAEB, Relatório Anual 1998, 90 pg.)

O esforço de integrantes da Associação fez com que a população local ficasse a par das ações da prefeitura, através da aquisição de um computador, que fica a disposição da comunidade, mostrando com detalhes os gastos da prefeitura em seus vários setores. Isto ficou conhecido como Terminal da Cidadania, e atualmente um funcionário mantido pela APAEB, fica a disposição para informar sobre os dados coletados.

4.3.3.1 Escola Família Agrícola

A Escola Família Agrícola foi criada para beneficiar os filhos dos camponeses da região, despertando nos jovens da região a alternativa de se fixar na terra e perceber a realidade de pequena propriedade através da aplicação de técnicas conhecidas e monitoradas pela APAEB.

Os alunos da EFA agem em sistema de rodízio, ou seja, ficam uma semana em casa e uma semana na escola.

No EFA são ministradas as disciplinas da escola regular, e ainda outras disciplinas indispensáveis para a proposta da Escola que são: Noções de Economia Rural, Noções de Ecologia, Noções de Cidadania, Técnicas Agropecuárias entre outras. Para a vida futura no campo são realizadas atividades agropecuárias de grande valia. Além da manutenção de culturas como: avicultura, piscicultura, cunicultura, minhocultura, caprinocultura, preacultura, suinocultura, apicultura, horticultura; que tem objetivos tanto econômicos como educativos, algumas atividades da EFA merecem destaque.

A silagem, técnica como os alunos aprendem guardar alimentos para eventuais estiagens , é passada para os estudantes.

A EFA também iniciou o plantio de ervas que são utilizadas como remédio por tradição regional, tal iniciativa ficou conhecida como Farmácia Verde.

Tendo o conhecimento da pobreza do solo da região, na EFA é desenvolvida a compostagem, que consiste em investir na produção de compostos orgânicos, para utilização na produção da horta e do pomar; para tal utiliza-se esterco animal, resíduo de sisal e folhagens.

Existe ainda um pomar onde há a produção de plantas da região, hoje com mais de 1000 unidades, entre as espécies estão: algaroba, goiabeira, neem, graviola, leucena, umbuzeiro, entre outras.

Para o seu pleno funcionamento os recursos financeiros vêm, da ajuda pública, de pais de alunos, funcionários da associação, empresários de cidade e instituições internacionais.

4.3.4 Departamento IndustrialA este departamento será dada atenção especial o próximo capítulo sobre a Fábrica de Carpetes e Tapetes Valente.

5. FÁBRICA DE CARPETES E TAPETES VALENTE

Após desenvolver sua atuação em vários campos, na cidade e região, a APAEB decidiu pela atuação no campo industrial, confiando através deste projeto, numa maior valorização do sisal.

O projeto para a implantação da fábrica começou em 1990, com intuito de verificar a viabilidade de um investimento de tal envergadura para a região. Somente 4 anos após o início do projeto é que a implantação começou na realidade, com o Banco do Nordeste liberando a parcela primeira do financiamento, a construção teve início em outubro. Em novembro de 1995 a construção foi finalizada, iniciando-se a implantação das máquinas para a confecção dos tapetes e carpetes. A produção iniciou-se apenas em dezembro de 1996.

5.1. A FÁBRICA

A Fábrica de Tapetes e Carpetes Valente está localizada na Rodovia Luiz Eduardo Magalhães, que liga Valente a São Domingos no Km 02.

A área do empreendimento ocupa 30.000 metros quadrados¹, que são ocupados pelos vários setores de operacionalização da fábrica.

A construção é ocupada pela tecelagem, o setor de acabamento, o setor de administração, o refeitório e o almoxarifado.

O quadro de funcionários atualmente é de 577² pessoas, divididas entre operação e administração.

O funcionamento é durante as 24 horas diárias, sendo necessária a composição de 4 turmas de trabalho que se revezam diariamente fazendo com que o funcionamento seja constante.

5.2. PROCESSO DE PRODUÇÃO

¹ Informação obtida na APAEB

A produção de tapetes procura valorizar ainda mais o sisal e propiciar benfeitorias aos produtores da região.

Na verdade o processo de produção do tapete 100% natural, começa desde a passagem da fibra pelas “paraibanas” (máquinas utilizadas no desfibramento do sisal), onde ocorre a primeira etapa do beneficiamento da fibra.

Depois disto a fibra natural percorre caminho até chegar às batedeiras, onde acontecerá outra parte do processo de beneficiamento, podendo já nesta fase a fibra ser exportada para sua utilização em terras estrangeiras.

A APAEB possui uma batedeira própria, a Batedeira Comunitária, cujo intuito principal era regular o preço do sisal, intuito já alcançado, e hoje é a fornecedora de fibra para a indústria de tapetes e carpetes. A indústria de carpetes é a principal consumidora do sisal de batedeira, absorvendo cerca de 50%³ da produção total da mesma.

Saindo da batedeira o baller (fardo) se encaminha para a fábrica onde ocorrerá o processo de feitura dos produtos industrializados.

Na área da fábrica o primeiro processo que ocorre com a fibra, é a sua pintura, de acordo o próximo lote a ser comercializado.

A pintura da fibra se dá em diversos tanques, com capacidade para 1,5m³ de água, onde esta água já está a 90°, e adicionada de corantes, corantes estes totalmente naturais produzidos pela Bayer. Em cada tanque são colocados 150kg de sisal, onde permanecem por 45 minutos, até estarem completamente tingidos.

Depois do tingimento, a fibra é estendida, a fim de que completamente seca, seja exposta à primeira etapa de beneficiamento na indústria. A secagem dura em média 24 horas.

A fibra seca e tingida é conduzida á fábrica, sua parte interna; pois a secagem e o tingimento se dá na parte externa. É feita uma pesagem da fibra, e de acordo com o seu estado, pode haver um novo batimento, para eliminar as impurezas da fibra. Caso seja

² Idem. 1

³ Idem.

necessário haver o batimento, há uma perda de 13%⁴. A perda total no processo é de cerca de 19%⁵. Com o novo batimento a maior parte das impurezas fica fora do processo, sendo que o restante será eliminado no decorrer do processo.

Nas próximas etapas a fibra estará submetida às máquinas de última geração, até chegar ao produto final, que é o carpete; podendo depois tornar-se tapete. O carpete é o produto final dos teares, sendo que quando este é fracionado, torna-se tapete.

A primeira máquina pela qual passa a fibra é a Good, onde há uma nova pesagem, e de onde a fibra sai mais densa. O que se procura no processo é fazer com que a fibra fique compacta e densa, para que se tornem rolos de fios e passem para os teares onde se tornarão carpetes.

Numa nova etapa a fibra melhorada passa pela Segunda Good, buscando como já foi citado, uma melhor concentração, além do que, em cada etapa, há eliminação de impurezas (pó) da fibra.

A próxima máquina é conhecida como o 2º. passador, onde a fibra já está bem concentrada e sendo preparada tornar-se fio.

No 3º. passador, a fibra sofre o último processo de adensamento, antes de ser “entregue” a fiadeira. o 3º. passador é também chamado passador de entrega.

Chegando na fiadeira há a obtenção do insumo básico para a produção dos carpetes, pois a fibra que chega é transformada em rolos de fios. Da fiadeira os rolos vão a retorcedeira, onde serão unidos para o uso nos teares. A união é necessária para a utilização na confecção de certos tipos de carpetes.

Por fim antes de ir aos teares, os rolos passam pela rasadeira, onde há uma “limpeza” dos fios.

Vencidas todas estas etapas, a fibra já transformada em rolo, vai para a tecelagem, onde são colocadas nos teares, os rolos são confeccionados, tornando-se carpetes.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

Os teares são de última geração, proporcionando a feitura de carpetes de larga aceitação no Sul do país e também no Exterior.

Dos teares de onde saem os carpetes prontos, estes vão para o setor de qualidade, onde os carpetes são “repassados” . São eliminados alguns fios, que ficam no carpete, para uma melhor aceitação do produto.

Confeccionados e tendo sido avaliados pelo controle de qualidade, os carpetes estão prontos para ser exportados, e assim alguns são comercializados, dependendo da encomenda feita, contanto que a quantidade seja considerável e feche um container.

A quantidade que vai ser comercializada prontamente fica armazenada na fábrica, o que não acontece com a produção que será vendida como tapete.

Existe um compartimento físico na indústria, que abriga a confecção de tapetes.

Chegando na área de confecção de tapetes, o carpete é cortado, e a partir daí, poderá sofrer novo processo de pintura e de colocação de bordas. De acordo com o citado o tapete pode ser liso, pintado ou com borda de tecidos.

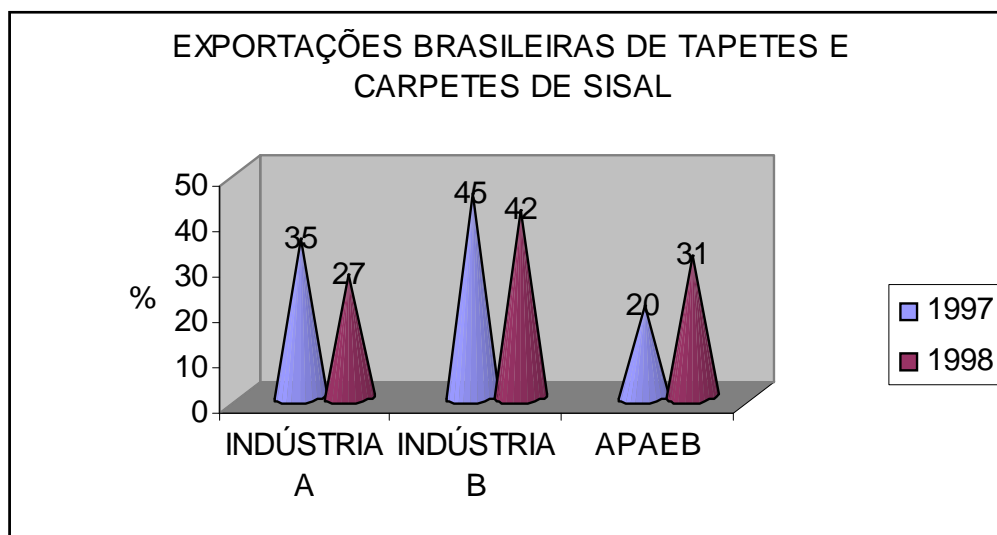
A indústria mantém um funcionário na produção de miudezas. O trabalhador confecciona bolsas, bonés e de características não comercializáveis em escala. Há ainda o emborrachamento de tapetes que é feita na Holanda, e depois o tapete volta para ser comercializado.

Cada metro quadrado de tapete pode pesar de 1,45kg a 3,4kg, dependendo do tipo da confecção e do produto escolhido. O preço deste metro pode variar de R\$ 15,00 a R\$ 52,00 de acordo com o acabamento que se dá .A produção atual é de 70.000 metros quadrados⁶ participação crescente no mercado conforme gráfico:

⁶ Idem.

⁷ Idem.

GRÁFICO 4



Fonte: APAEB

5.3. COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO

Os produtos da Fábrica de Tapetes e Carpetes Valente são 100% naturais e tem larga aceitação no mercado externo.

A produção que se destina a exportação beira os 80%⁷.

Esta produção se destina a RONARCO, empresa holandesa que comercializa os tapetes na Europa e também dá assistência ao mercado americano (EUA). A RONARCO é quem faz o emborrachamento dos tapetes e os manda de volta para a Indústria; a Argentina, através de Daniel Weissman, que faz a distribuição no cone Sul do nosso continente.

O mercado interno consome o restante da produção

São Paulo consome 70%⁸ daquilo que é demandado no mercado interno, sendo que o restante é rateado entre Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Entre os principais consumidores nacionais estão Lojas Riachuelo e Wal Mart.

⁸ Idem.

Para que o produto venha a ser comercializado ele é transportado para Salvador, mais especificamente para o porto, através de carreta da indústria e de outro veículo da própria indústria.

5.4. CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO

Os Tapetes e Carpetes Valente (nome dado aos artigos produzidos na indústria) ganharam o mundo apresentando o sisal, uma fibra natural, facilmente adaptável a qualquer ambiente, com o melhor matéria-prima. do mercado, verificado pelo Processo da Organização e Beneficiamento de Sisal.

Os tapetes são anti- alérgicos, não propagam fogo e som, além de ser impermeabilizados por um processo em que a fábrica se associou a DUPONT em ação pioneira no mercado.

A sua utilização se dá em forração de tetos, pisos e paredes ou como tapetes.

5.5. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

A APAEB com sua fábrica de Carpetes e Tapetes não é apenas motivo de orgulho dos cidadãos valentenses, como também influenciam de maneira muito forte a vida econômica da cidade.

A geração de empregos nos diversos campos de atuação da APAEB, cresce a cada ano, principalmente na fábrica, conforme gráfico a seguir:



Fonte: APAEB

Com o aumento das exportações cresce a renda da cidade, pelo aumento no pagamento de tributos, além de haver o incremento pelo aquecimento da economia local, este ano(1999) aguarda-se exportações no montante de R\$ 7.000.000⁹ (sete milhões). No ano passado os valores gerados pela APAEB no mercado local ficou assim disposto, sendo que a maior fatia vem da indústria.

⁹ Idem.

QUADRO 3

PAGAMENTOS DA APAEB 1998 (R\$)

Salários de pessoal	1.340.818,45
Encargos Sociais(FGTS,INSS,etc.)	419.523,85

Custos financeiros de longo prazo	977.333,24
Impostos e taxas(IPI, ICMS,etc)	310.533,74
Energia Elétrica	123.220,12
Água e Telefone	97.611,67
Investimentos nas comunidades	4.623,45
Programa de capacitação	89.926,20
ISS e outras taxas	16.273,39
CPMF	28.263,13
Construções	82.452,00
Serviços prestados ao municípios	59.577,70
Consultorias, pesquisas e comissões	414.267,32
Alimentação de funcionários	155.686,62
TOTAL	4.562.685,88

Fonte: APAEB (Dezembro de 1998)

É de grande valia os mais de 4 milhões gerado pela associação local para uma economia excessivamente rural e que vem observando uma mudança significativa com o crescimento da APAEB.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de totalmente desassistida pelos órgãos competentes por ser uma região árida e de difícil cultivo de culturas temporárias, que auxiliam na subsistência das famílias, a região sisaleira pode apresentar alternativas, desde que sejam feitos trabalhos que visem conscientizar o habitante da região que é possível uma vida digna produzindo nas terras com poucos recursos, porém de maneira assistida por mecanismos competentes; e uma alternativa conhecida é a APAEB - Valente .

Criada a princípio com o intuito de poupar os camponeses da ação dos atravessadores , as ações ganharam o mundo, mostrando o trabalho sério de muitos sertanejos.

As ações da APAEB – Valente se dividem em quatro campos: o educativo, o agropecuário, o comercial e o industrial, sendo que todos eles auxiliam os camponeses da região, mostrando a possibilidade de adaptação as condições climáticas da região, como também a possibilidade de empreendimentos industriais, como é o caso da Fábrica de Carpetes e Tapetes – Valente.

Funcionando plenamente e gerando empregos diretos na ordem de aproximadamente 600 pessoas, a indústria é exemplo e o carro-chefe econômico do projeto associativo localizado no semi-árido baiano.

Os produtos gerados na fábrica têm larga aceitação no mercado internacional, mostrando o potencial da fibra natural, que na região se tem em larga escala e é responsável pela manutenção de milhares de pessoas, alertando para um possível soerguimento da cultura sisaleira através de programas que se voltem a novos plantios da fibra; pois é cada vez mais difícil encontrar novas plantações de sisal.

APAEB Valente está mostrando através das suas ações, ser uma alternativa no semi-árido entre muitas outras que podem ser empreendidas, através do esforço privado ou público pois através da experiência presente percebe-se a viabilidade da região.

BIBLIOGRAFIA

APAEB. Relatório Anual. Valente/BA, fev, 1997

APAEB. Relatório Anual. Valente/BA, jan, 1998

APAEB. Relatório Anual. Valente/BA, jan, 1999

APAEB. Uma História de Fibra, Luta e Subsistência . Valente/BA, jun. 1993. 160 p.

APAEB. Crédito Rural: Uma Alternativa e um Direito. Valente/BA, nov. 1998. 33p.

APAEB. Uma Caminhada de Luta e Resistência. Valente/BA, maio, 1998

BAHIA. Governo do Estado. SEAGRI. CER. O sisal na Bahia. Salvador 1991. 50p.

BAHIA. Governo do Estado. SEI. Diagnóstico da Economia Sisaleira Baiana, Salvador: 1988. 60p.

BAHIA. Governo do Estado. SEAGRI. Produção Agrícola Municipal. Salvador, 1995. 240p.

BAHIA. Governo do Estado. SETRAS. Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Sisaleira Salvador: 1996. 85p.

EMBRAPA. Declínio do Sisal e Medidas para seu Soerguimento do Nordeste Brasileiro. Salvador: 1996. 80 p.

FOLHA DO SISAL. Valente/BA, APAEB,v.9, n .47 p. 1-12, jul. 1998

HUZAK, Yolanda; AZEVEDO, Jo. Crianças de Fibra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
P. 132-141

INFORMATIVO DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: Promoexport, p.
18-19, jan/jun. 1997

INFORMATIVO DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: Promoexport, p.
18-20, mar. 1998

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho Infantil - A
Perspectiva da OIT: Memória do Diretor Geral. Brasília: OIT, 1989

PROMOEXPORT-BA. Informativo do Comércio Exterior da Bahia, março-98, p. 16-18

RAMOS, Alba Regina N., ALMEIDA, Fernanda Maria. (coord.) Cadastro de famílias a
seres beneficiárias do programa de erradicação do trabalho infantil na área rural da
região sisaleira do estado da Bahia - CRIANÇA CIDADÃ. Salvador: UFBA / CRH /
SETRAS, 1997. 83 p.

SALAZAR, Maria Cristina. O Trabalho Infantil: Trabalho infantil nas atividades
perigosas. Brasília: OIT, 1993. 27 p.

SETRAS. Relatório de Atividades: "Erradicação do Trabalho Infantil". Salvador: 1996. p. 3

SWEPSTON, Lee. O trabalho Infantil: Regulamento pelas normas da OIT, pela Legislação
Nacional. Brasília: OIT, 1993. 26 p.

UNICEF, Fundos das Nações Unidas. Situação Mundial da Infância. Brasília: 1997. 50 p.